

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. São Paulo, 15 de agosto de 2019

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 30 de junho de 2019 e 2018

Ativo	Notas	2019	2018	Passivo	Notas	2019	2018
		108.748	103.262			Circulante	44.845
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	692	1.171	Depósitos	9	6.326	6.014
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	23.056	7.045	Depósitos a prazo		6.326	6.014
Aplicações em títulos e valores mobiliários	5	6.212	9.442				
Carteira própria		6.212	9.442	Recursos de aceites e emissão de títulos			
Operações de crédito	6	73.821	77.259	Recursos de aceites cambiais	9	34.697	39.803
Sector privado		83.040	88.652			34.697	39.803
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(9.219)	(11.393)	Outras obrigações	10	3.822	6.213
Outros créditos	7	2.350	5.906	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		128	128
Outros valores e bens	8	2.617	2.439	Fiscais e previdenciárias		597	2.240
Bens não de uso próprio		1.847	1.457	Diversas		3.097	3.845
Despesas antecipadas		770	982				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo		56.242	67.256	Exigível a longo prazo		81.166	80.602
Operações de crédito	6	46.145	55.976				
Sector privado		51.907	60.349	Depósitos	9	11.590	9.976
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(5.762)	(4.373)	Depósitos a prazo		11.590	9.976
Outros créditos	7	9.848	10.938				
Outros valores e bens	8	249	342	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	69.576	70.626
Despesas antecipadas		249	342	Recursos de aceites cambiais		69.576	70.626
Permanente				Patrimônio líquido	11	40.447	39.300
Imobilizado de uso		1.468	1.414				
Outras imobilizações de uso		482	496	Capital			
(Depreciações acumuladas)		1.538	1.389	De domiciliados no País		27.500	27.500
		(1.056)	(893)	Reservas de lucros		12.947	11.800
Intangível		986	918	Total do passivo e patrimônio líquido		166.458	171.932
Ativos intangíveis		1.703	1.384				
(Amortizações acumuladas Intangível)		(717)	(466)				
Total do ativo		166.458	171.932				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

	Capital social	Reserva		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias		
Saldo em 01 de janeiro de 2018	27.500	1.692	9.250	-	38.442
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.148	2.148
Destinações:					
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.290)	(1.290)
Reserva legal	-	108	-	(108)	-
Reserva especial de lucro	-	-	750	(750)	-
Saldo em 30 de junho de 2018	27.500	1.800	10.000	-	39.300
Saldo em 01 de janeiro de 2019	27.500	1.896	10.540	-	39.936
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.838	1.838
Destinações:					
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.327)	(1.327)
Reserva legal	-	92	-	(92)	-
Reserva especial de lucro	-	-	419	(419)	-
Saldo em 30 de junho de 2019	27.500	1.988	10.959	-	40.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, ("Instituição" ou "Financeira"), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como a administração de carteira de valores mobiliários.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as normas consultadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações. Foram também adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para riscos, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável - impairment - de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações foram apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 15 de agosto de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras de liquidez, os quais são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme itemizado da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i) Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;

ii) Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como para serem mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários sob o título "Ajuste de avaliação patrimonial";

iii) Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento; são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Com base nas determinações estabelecidas no parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como "Títulos para negociação" são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando também os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Para as operações com prazo superior a 36 meses, a Instituição utiliza a prerrogativa de contagem em dobro, prevista na Resolução nº 2.682/99, para determinação do nível de risco.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração como suficiente, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

e) Cessões de crédito

As operações de cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, a qual determina que os ativos financeiros serão baixados se a compra ou a venda da carteira for com retenção ou sem retenção/transfêrencia substancial dos riscos e benefícios. A Instituição opera sem retenção substancial dos riscos e benefícios.

f) Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento que estão disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

g) Despesas antecipadas

A partir de 1º de janeiro de 2015, conforme a Circular nº 3.693/2013 do BACEN, as comissões pagas pela origemação das operações de créditos são reconhecidas ao resultado em sua totalidade. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista no §1º da Circular serão amortizados, de forma linear, no prazo de até 36 meses, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da respectiva operação. Os custos de emissão de títulos, são gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.

h) Imobilizado de uso

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das correspondentes depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais, em função da vida útil econômica dos bens: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos: 10% ao ano; e equipamentos de informática e veículos: 20% ao ano.

	Capital social	Reserva		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias		
Saldo em 01 de janeiro de 2018	27.500	1.692	9.250	-	38.442
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.148	2.148
Destinações:					
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.290)	(1.290)
Reserva legal	-	108	-	(108)	-
Reserva especial de lucro	-	-	750	(750)	-
Saldo em 30 de junho de 2018	27.500	1.800	10.000	-	39.300
Saldo em 01 de janeiro de 2019	27.500	1.896	10.540	-	39.936
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.838	1.838
Destinações:					
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.327)	(1.327)
Reserva legal	-	92	-	(92)	-
Reserva especial de lucro	-	-	419	(419)	-
Saldo em 30 de junho de 2019	27.500	1.988	10.959	-	40.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

i) Intangível

O saldo do Intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de informação (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição, líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 20% ao ano, em função da vida útil econômica dos bens.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment")

A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída uma provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

k) Depósitos e recursos de aceites cambiais

As aplicações prefixadas estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais e as captações pós-fixadas, são atualizadas "prorata" dia até as datas dos balanços patrimoniais.

l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 120, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação fiscal em vigor até 30 de agosto de 2015 foi calculada à alíquota de 15%. A medida provisória nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, alterou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, e os valores foram apurados em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.591. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota aplicável volta a ser de 15%.

m) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 31 de dezembro de 2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355, de 31 de março de 2006, e nº 4.441, de 29 de outubro de 2015, do CMN que determinam que a Instituição, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, cumulativamente, às seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três semestres dos últimos cinco semestres sociais, incluindo o semestre em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, com base em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídos sobre diferenças temporárias relativas principalmente à provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do semestre. Os créditos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis.

n) Provisões para riscos, obrigações legais, passivos e ativos contingentes

As provisões para riscos e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como "Remota", "Possível" ou "Provável" com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, e da Administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou às alterações.

• Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando considerados "praticamente certos", que normalmente ocorre quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

• Provisões para riscos: são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como "Perdas possíveis" são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança são avaliados como "Perdas remotas" e não são provisionados nem divulgados.

• Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. É acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

p) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "prorata" dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

q) Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

4. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Semestres	
	2019	2018
No início do semestre	22.566	12.118
Disponibilidades	529	1.111
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	22.037	11.007
No final do semestre	23.748	8.216
Disponibilidades	692	1.171
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	23.056	7.045
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	1.182	(3.902)

(i) Aplicações com prazos de vencimentos variáveis inferiores a 90 dias, remuneradas às taxas praticadas no mercado, são resgatáveis a qualquer momento e utilizadas para gestão de caixa.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO dos Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ações)

	Notas	Semestre	
		2019	2018
Receitas da intermediação financeira		24.056	26.587
Operações de crédito	6e	23.116	27.301
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b	910	719
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		30	567
Despesas da intermediação financeira		(11.390)	(15.037)
Operações de captação no mercado	9b	(5.094)	(5.894)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(6.296)	(9.153)
Resultado bruto da intermediação financeira		12.666	13.550
Outras receitas/despesas operacionais		(10.426)	(9.816)
Receitas de prestação de serviços	13	5.850	6.665
Despesas de pessoal	14	(994)	(1.145)
Outras despesas administrativas	15	(12.491)	(14.076)
Despesas tributárias	16	(1.445)	(1.680)
Outras receitas operacionais		186	1.463
Outras despesas operacionais		(1.542)	(1.043)
Resultado operacional		2.240	3.734
Resultado não operacional		(76)	12
Resultado antes da tributação sobre o lucro		2.164	3.746
Imposto de renda e contribuição social		(326)	(1.598)
Provisão para imposto de renda	12	(159)	(982)
Provisão para contribuição social	12	(102)	(795)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(65)	179

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nível	2018				
	Empréstimos e financiamentos	Títulos descontados	Total da carteira	%	Provisão
A	99.868	4.130	103.998	0,5	520
B	8.337	270	8.607	1	86
C	9.977	187	10.164	3	305
D	6.346	104	6.450	10	645
E	4.296	12	4.308	30	1.292
F	3.574	-	3.574	50	1.787
G	2.507	56	2.563	70	1.794
H	9.260	77	9.337	100	9.337
Total	144.165	4.836	149.001		15.766

e. Resultado das operações de crédito:

	Semestres	
	2019	2018
Rendas de empréstimos	1.771	2.154
Rendas de títulos descontados	620	1.052
Rendas de financiamentos	19.856	23.294
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	869	801
Total	23.116	27.301

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Semestres	
	2019	2018
= Saldo no início do semestre	15.744	13.316
(+) Constituição	6.296	9.153
(-) Baixados para prejuízo	(7.059)	(6.703)
= Saldo no fim do semestre	14.981	15.766
Curto prazo	9.219	11.393
Longo prazo	5.762	4.373

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos e de acordo com a Resolução 2.682 do BACEN.

As operações de crédito contêm, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens.

A recuperação dos valores baixados para perdas correspondeu ao montante de R\$ 869 em 2019 (R\$ 801 em 2018).

As operações originadas em renegociação representam o montante de R\$ 22.615 (R\$ 17.806 em 2018) no período.

No semestre foram cedidos créditos que representam o montante de R\$ 30.725 (R\$ 36.665 em 2018) sem coobrigação.

7. OUTROS CRÉDITOS

A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

	Semestres	
	2019	2018
Rendas a receber	1	-
Adiantamentos diversos	15	22
Impostos e contribuições a compensar	421	3.845
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 12c)	11.447	13.381
(-) Reversão provisão 5% CSLL - Lei nº 13.169/15	-	(746)
Devedores diversos	314	342
Total	12.198	16.844
Curto prazo	2.350	5.906
Longo prazo	9.848	10.938

8. OUTROS VALORES E BENS

a. Bens não de uso próprio:

Correspondentes a veículos e imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2019, seus saldos totalizavam R\$ 1.847 (R\$ 1.457 em 2018).

b. Despesas antecipadas:

	Semestres	
	2019	2018
Comissão sobre colocação de Letras de Câmbio	903	761
Custo de originação de operações de crédito	88	426
Outras	28	137
Total	1.019	1.324
Curto prazo	770	982
Longo prazo	249	342

9. DEPÓSITOS A PRAZO E RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

a. Abertura por prazo de vencimento:

	Até 3 meses		3 a 12 meses		1 a 3 anos		3 a 5 anos		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Depósitos a prazo - DPGE	-	2.671	-	-	-	-	2.671	-	2.671	4.166
Recibo de depósitos bancários - RDB	389	3.266	10.644	946	15.245	11.824			15.245	11.824
Recursos de aceites cambiais - LC	3.741	30.956	66.597	2.979	104.273	110.429			104.273	110.429
Total	4.130	36.893	77.241	3.925	122.189	126.419			122.189	126.419

b. Despesas com operações de captação do mercado:

	Semestres	
	2019	2018
Despesa de captação com - DPGE	83	135
Despesa de captação com - RDB	506	707
Recursos de aceites cambiais	4.429	4.945
Outras despesas de captação	76	97
Total	5.094	5.884

Os depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais são linhas de crédito em moeda local. As taxas praticadas variaram entre 100% e 122% em 2019 (118% e 126% em 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Semestres	
	2019	2018
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	128	128
Provisão para pagamento a efetuar	574	648
Fiscais e previdenciárias	597	2.240
Provisão para passivos contingentes (Nota 10.1)	1.511	1.355
Comissões a pagar	210	93
Operações de crédito a liquidar	512	783
Outras contas a pagar	263	342
Outras obrigações diversas	27	624
Total	3.822	6.213

10.1 Provisão para riscos:

a. Composição das provisões: a Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes de curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em "Remota", "Possível" e "Provável", levando em conta as probabilidades de ocorrência de perda.

b. Causas com prognóstico de perda possível e provável: a Instituição possui processos trabalhistas e cíveis cujos valores somam R\$ 1.507 (R\$ 5.631 em 2018), para os quais provisionou R\$ 1.511 (R\$ 1.355 em 2018).

c. Movimentação das provisões: a provisão é apurada com base no valor estimado de perda das causas de acordo com a expectativa da Administração, suportada por parecer das assessorias jurídicas.

	2019			
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2019
Ações trabalhistas	734	198	(242)	690
Ações cíveis	623	198	-	821
Total	1.357	396	(242)	1.511

	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2018
Ações trabalhistas	854	198	(272)	780
Ações cíveis	1.009	198	(632)	575
Total	1.863	396	(904)	1.355

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social:

O Capital social é de R\$ 27.500 e está representado por 28.668.532 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva legal:

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado ou a 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

c) Reserva estatutária:

O saldo da reserva estatutária é oriundo de lucros após as destinações legais.

d) Dividendos:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do semestre, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Instituição. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais.

e) Juros sobre o capital próprio:

Durante os semestres, foram provisionados e pagos juros sobre o capital próprio no montante a seguir:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Juros sobre capital próprio	1.327	1.290	1.327	1.290
Imposto de renda retido na fonte	(199)	(194)	-	-
Total líquido	1.128	1.096	-	-

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do semestre considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antes do JCP	2.164	2.164	3.746	3.746
(-) Juros sobre capital próprio reduzidos da conta lucros acumulados conforme movimentação evidenciada na DMPL	(1.327)	(1.327)	(1.290)	(1.290)
Adições	7.178	7.178	10.221	10.221
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.296	6.296	9.153	9.153
Provisão para contingências	396	396	396	396
Despesas não dedutíveis	12	12	10	10
Outras adições	474	474	662	662
Exclusões	(7.332)	(7.332)	(6.699)	(6.699)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(7.028)	(7.028)	(7.187)	(7.187)
Reversão de provisão para contingências	(242)	(242)	(904)	(904)
Reversão de provisões operacionais	(62)	(62)	(608)	(608)
Lucro real antes imposto de renda e da contribuição social	683	683	3.978	3.978
Total de imposto de renda e contribuição social	159	102	982	795
Alíquota de 15% I.R.	102	-	596	-
Alíquota de 20% CSLL	-	102	-	795
Adicional 10% Lei Ordinária 13.169 de 06/10/2015	57	-	386	-
Ativo fiscal diferido	41	24	(378)	199

a. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.628	26.628	27.847	27.847
Provisões para contingências	1.511	1.511	1.355	1.355
Demais provisões temporárias	478	478	534	534
Total das diferenças temporárias	28.617	28.617	29.736	29.736
Total do crédito tributário	7.154	4.293	7.434	5.947

b. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e as expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nºs 3.059/02 e 3.355/07 do BACEN, e referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Expectativa de realização					
	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Resultado estimado	4.987	5.691	6.734	8.628	9.662	35.702
IRPJ	999	1.140	1.349	1.729	1.936	7.153
CSLL	600	684	810	1.037	1.163	4.294
Valor em 30/06/2019	1.599	1.824	2.159	2.766	3.099	11.447
Valor presente	1.501	1.608	1.787	2.150	2.262	9.308

Em 30 de junho de 2019, os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 9.308, considerando-se a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) de 6,5% ao ano.

c. Movimentação dos créditos tributários:

	Saldo em 31/12/2018		Constituição	(Realização)	Saldo em 30/06/2019
	2018	2019			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.944	37	(330)	10.651	
Provisões para contingências	543	87	(26)	604	
Demais provisões temporárias	25	169	(2)	192	
Total dos créditos tributários	11.512	293	(358)	11.447	

	Saldo em 31/12/2017		Constituição	(Realização)	Saldo em 30/06/2018
	2017	2018			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.646	895	(10)	12.531	
Provisões para contingências	838	119	(347)	610	
Demais provisões temporárias	216	189	(165)	240	
Total dos créditos tributários	12.700	1.203	(522)	13.381	

13. RECEITA DE SERVIÇOS

	Semestres	
	2019	2018
Tarifa de cadastro - Desconto	64	88
Tarifa de cadastro - Veículos	5.663	6.407
Reembolso tarifa cartório	52	34
Outras receitas de serviços	71	136
Total	5.850	6.665

14. DESPESA DE PESSOAL

	Semestres	
	2019	2018
Remuneração	(437)	(554)
Encargos	(115)	(144)
Benefícios	(406)	(402)
Treinamento	(26)	(45)
Total	(984)	(1.145)

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres	
	2019	2018
Despesas com serviços de terceiros (a)	(4.820)	(5.651)
Comissões e prêmios (b)	(3.042)	(4.504)
Despesas de serviços técnicos especializados (c)	(1.448)	(1.532)
Despesas de serviços do sistema financeiro (d)	(983)	(442)
Despesas de processamentos de dados	(623)	(618)
Despesas de alugueis	(79)	(76)
Despesas de comunicação	(120)	(125)
Despesas de propaganda e publicidade	(77)	(34)
Despesas com depreciação e amortização	(217)	(160)
Despesas de transporte	(217)	(50)
Despesas de passivos contingentes (Nota 10.1)	(198)	(396)
Acordos e ações judiciais	(418)	(159)
Outras	(249)	(329)
Total	(12.4	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de agosto de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**Auditores Independentes**

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Guilherme Jorge Dagli Júnior

Contador

CRC nº 1 SP 223225/O-0

